

**Raça e Racismo nos estudos em Economia Política da Comunicação: da resistência à construção de uma agenda de pesquisa**

**Raza y racismo en los estudios en Economía Política de la Comunicación: de la resistencia a la construcción de una agenda de investigación**

**Race and Racism in the Political Economy of Communication's studies: from resistance to the construction of the research agenda**

**Ivonete da Silva Lopes**

Doutora em Comunicação, professora da Universidade Federal de Viçosa, líder do grupo de pesquisa Meios - Comunicação, Instituições e Interações Sociais, pesquisadora do GT Economía Política de la información, la comunicación y la Cultura do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso). Coordenadora nacional do GT Estudos Críticos sobre identidade, gênero e raça da ULEPICC-Brasil.

Contato: [ivonetesilvalopes@gmail.com](mailto:ivonetesilvalopes@gmail.com)

**Paulo Victor Melo**

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas, professor universitário e pesquisador das questões que envolvem comunicação e direitos humanos, mídia e racismo, políticas de comunicação. Integrante do Conselho Consultivo da Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

Contato: [paulovictorufs@gmail.com](mailto:paulovictorufs@gmail.com)

Submetido em: 18 de junho de 2020

Aprovado em: 08 de agosto de 2020

## Resumo

Este artigo lança reflexões sobre a contribuição que a Economia Política da Comunicação (EPC) pode oferecer aos estudos sobre raça e comunicação e, ao mesmo tempo, sobre a importância de investigações a respeito da temática como potencializadoras do estabelecimento de diálogos necessários entre a EPC e outras perspectivas. Suscitado pela criação do GT Estudos Críticos sobre gênero, raça e identidade no âmbito da ULEPICC-Brasil, em 2019, o trabalho aqui apresentado aponta para a construção de uma agenda de pesquisa com três eixos estruturantes: trabalho; políticas de comunicação e estrutura do sistema midiático; racismo algorítmico e vigilância. O objetivo é contribuir para que se amplie o olhar sobre produção, circulação e distribuição dos recursos da comunicação e da cultura, a partir da centralidade e da intersecção entre classe, raça, gênero e outras variáveis como totalizantes e não fragmentadoras.

Palavras-chave: Economia Política da Comunicação; Raça; Racismo; ULEPICC-Brasil.

## Resumen

Este artículo reflexiona sobre la contribución que la Economía Política de la Comunicación puede aportar a los estudios sobre raza y comunicación y, al mismo tiempo, a respecto de la importancia de las investigaciones sobre el tema como potencialización del establecimiento de los diálogos necesarios entre EPC y otras perspectivas. Suscitado por la creación del GT de Estudios Críticos sobre Género, Raza e Identidad dentro de marco de la ULEPICC-Brasil, en 2019, el trabajo aquí presentado apunta a la construcción de una agenda de investigación con tres ejes estructurantes: trabajo, políticas de comunicación y estructura del sistema de medios, racismo algorítmico y vigilancia. El objetivo es contribuir a una mirada más amplia de la producción, circulación y distribución de los recursos de comunicación y cultura, basada en la centralidad y la intersección entre clase, raza, género y otras variables como totalizadoras y no fragmentarias.

Palabras clave: Economía Política de la Comunicación; Raza; Racismo; ULEPICC-Brasil.

## Abstract

This article raises reflections on how the Political Economy of Communication can contribute to studies that associate race and communication. Emphasize the relevance of investigations about these subjects potentialize the establishment of necessary dialogues between EPC and other perspectives. Motivated by the creation of the ULEPICC-Brasil's section Critical Studies of gender, race, and identity [Estudos Críticos sobre gênero, raça e identidade], in 2019, this paper suggests the construction of research agenda based on three axes: market labor, policies of communication and media system's structure, racism algorithmic and vigilance. We goal to contribute to a broader view of the production, circulation, and distribution of communication and cultural resources, based on the centrality and the intersection between class, race, and gender as totalizing and not fragmenting this field of research.

Keywords: Political Economy of Communication; Race; Racism; ULEPICC-Brasil.

1. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-alerta-para-impacto-desproporcional-da-covid-19-sobre-minorias-raciais-e-etnicas/>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

2. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/19/negros-e-pardos-ja-sao-maioria-entre-as-vitimas-fatais-por-covid-19.htm>>. Acesso em: 19 maio 2020.

3. Ver: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sobre-globo-e-racismo-o-buraco-e-mais-embaixo/>

## Introdução

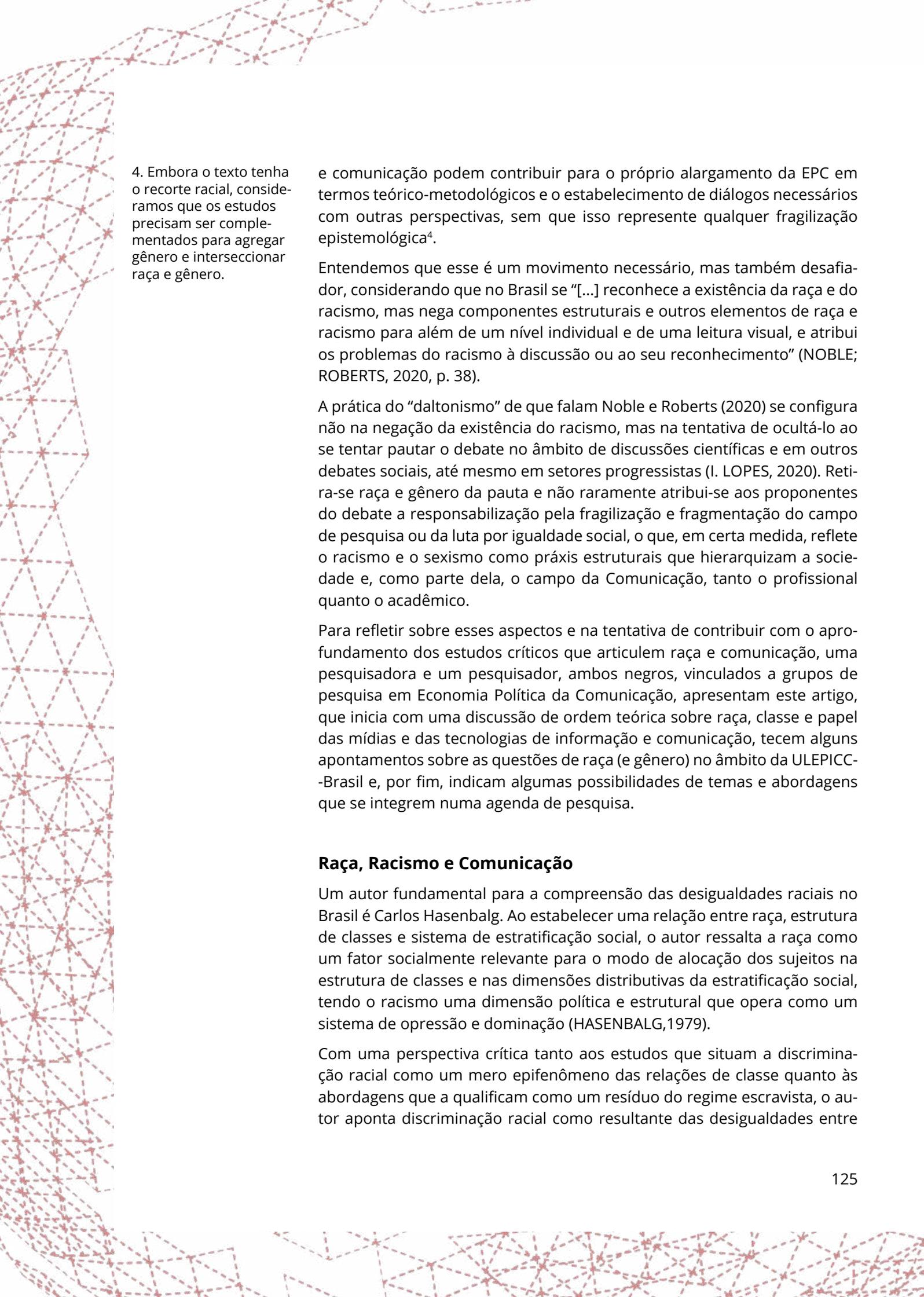
Esse texto é escrito num momento em que as atenções mundiais estão concentradas nas estratégias para o enfrentamento à Covid-19, doença que, conforme alertou a Organização das Nações Unidas, afetou numa proporção mais elevada grupos raciais e étnicos, em especial as de descendência africana. Estudo divulgado pela revista Lancet (PAN et al, 2020) revelou que apenas 7% dos documentos e relatórios de vigilância nacional sobre o novo coronavírus dos diversos países contêm dados desagregados pelo critério racial. Essa ausência do quesito raça levou a Alta Comissária para Direitos Humanos do organismo multilateral a afirmar que “a coleta, desagregação e análise de dados por etnia ou raça, além de gênero, são essenciais para identificar e tratar as desigualdades e a discriminação estrutural”<sup>1</sup>.

No Brasil, a pandemia também escancarou uma série de desigualdades históricas. O fato de mulheres e homens negras/os serem as principais vítimas fatais da Covid-19 (quase 55%, de acordo com dados do Ministério da Saúde)<sup>2</sup>, o crescimento das contaminações em comunidades indígenas, periféricas e favelas, e a ausência de números oficiais sobre o impacto da doença em comunidades quilombolas são alguns exemplos das desigualdades que estruturam as relações políticas, econômicas e sociais no Brasil.

Embora a pandemia esteja atingindo e sendo mais fatal entre os negros, o recorte racial pouco tem ganhando visibilidade nos noticiários, o que não revela nenhuma novidade. Há uma tendência na mídia brasileira a se “[...] negar a existência do racismo, a não ser que quando este aparece como objeto noticioso, devido à violação flagrante desse ou daquele dispositivo antirracista ou a episódicos conflitos raciais” (SODRÉ, 2015, p. 279), especialmente quando a vítima é alguém famoso.

A cobertura raramente intersecciona raça, classe e desigualdade social no Brasil, como se pode observar nos noticiários recentes sobre a pandemia. Fato que se agrava diante da concentração racial da mídia e da inexpressiva presença da mídia negra no sistema midiático nacional. Ainda que nós – negras e negros – representemos 56% da população brasileira (IBGE, 2019), as desigualdades raciais também são expressivas quando se refere à propriedade da mídia e ao mercado de trabalho. Diferente fosse, a inédita formação de uma bancada exclusivamente de jornalistas negras e negros numa emissora de televisão não seria motivo de tanta discussão pública<sup>3</sup>. Conforme aponta Melo (2018), a superação das desigualdades raciais na comunicação não passa apenas pela representação “em tela”, mas por uma série de aspectos que envolvem propriedade, produção, participação e controle social, dentre outros.

Nesse sentido, não temos dúvidas da contribuição fundamental que a Economia Política da Comunicação pode fornecer às análises sobre raça e comunicação, no sentido de destacá-las para além do “mais negros na TV”, bem como o afirmamos a recíproca: miradas críticas sobre raça, racismo



4. Embora o texto tenha o recorte racial, consideramos que os estudos precisam ser complementados para agregar gênero e interseccionar raça e gênero.

e comunicação podem contribuir para o próprio alargamento da EPC em termos teórico-metodológicos e o estabelecimento de diálogos necessários com outras perspectivas, sem que isso represente qualquer fragilização epistemológica<sup>4</sup>.

Entendemos que esse é um movimento necessário, mas também desafiador, considerando que no Brasil se “[...] reconhece a existência da raça e do racismo, mas nega componentes estruturais e outros elementos de raça e racismo para além de um nível individual e de uma leitura visual, e atribui os problemas do racismo à discussão ou ao seu reconhecimento” (NOBLE; ROBERTS, 2020, p. 38).

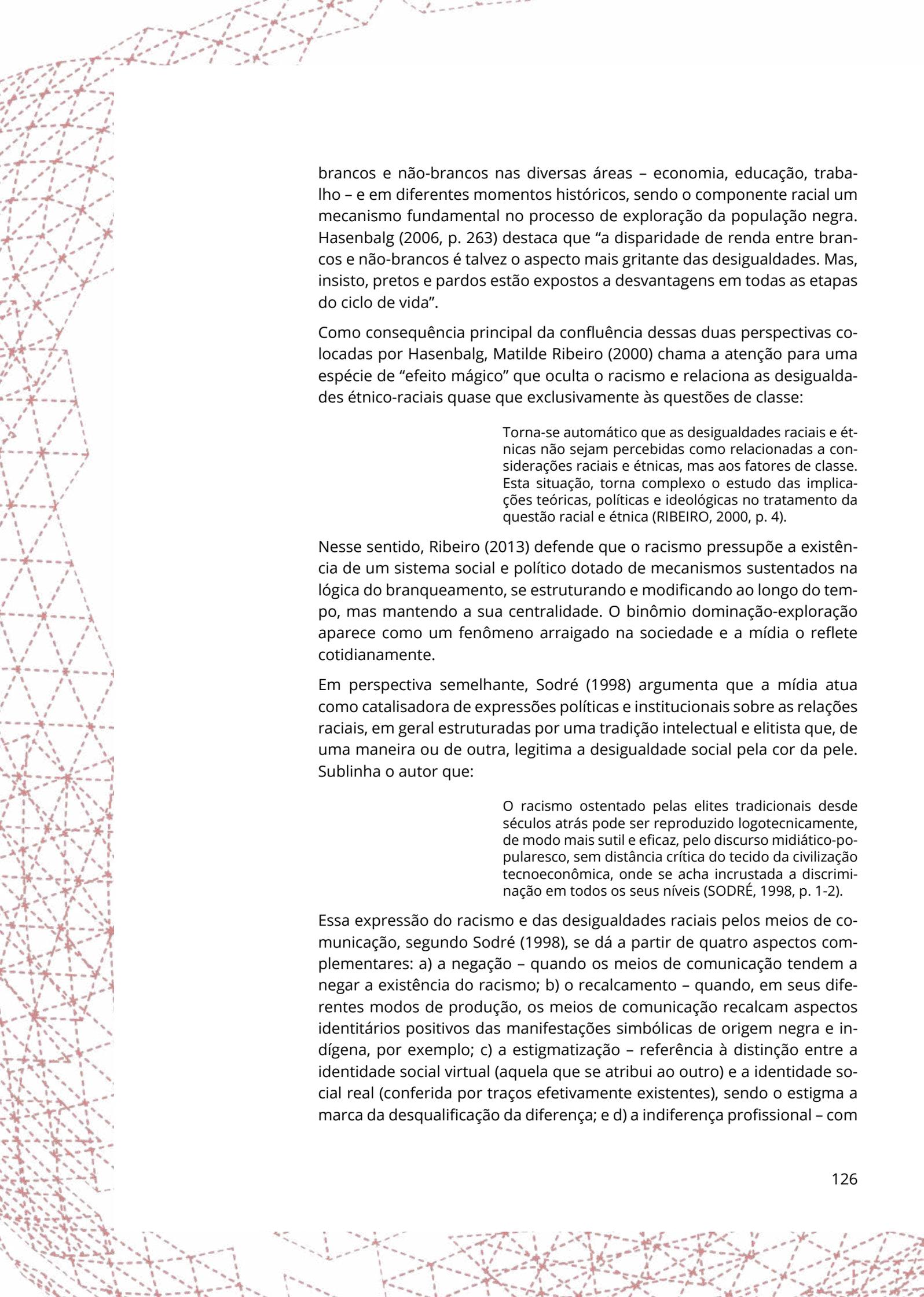
A prática do “daltonismo” de que falam Noble e Roberts (2020) se configura não na negação da existência do racismo, mas na tentativa de ocultá-lo ao se tentar pautar o debate no âmbito de discussões científicas e em outros debates sociais, até mesmo em setores progressistas (I. LOPES, 2020). Retira-se raça e gênero da pauta e não raramente atribui-se aos proponentes do debate a responsabilização pela fragilização e fragmentação do campo de pesquisa ou da luta por igualdade social, o que, em certa medida, reflete o racismo e o sexismo como práxis estruturais que hierarquizam a sociedade e, como parte dela, o campo da Comunicação, tanto o profissional quanto o acadêmico.

Para refletir sobre esses aspectos e na tentativa de contribuir com o aprofundamento dos estudos críticos que articulem raça e comunicação, uma pesquisadora e um pesquisador, ambos negros, vinculados a grupos de pesquisa em Economia Política da Comunicação, apresentam este artigo, que inicia com uma discussão de ordem teórica sobre raça, classe e papel das mídias e das tecnologias de informação e comunicação, tecem alguns apontamentos sobre as questões de raça (e gênero) no âmbito da ULEPICC-Brasil e, por fim, indicam algumas possibilidades de temas e abordagens que se integrem numa agenda de pesquisa.

### **Raça, Racismo e Comunicação**

Um autor fundamental para a compreensão das desigualdades raciais no Brasil é Carlos Hasenbalg. Ao estabelecer uma relação entre raça, estrutura de classes e sistema de estratificação social, o autor ressalta a raça como um fator socialmente relevante para o modo de alocação dos sujeitos na estrutura de classes e nas dimensões distributivas da estratificação social, tendo o racismo uma dimensão política e estrutural que opera como um sistema de opressão e dominação (HASENBALG, 1979).

Com uma perspectiva crítica tanto aos estudos que situam a discriminação racial como um mero epifenômeno das relações de classe quanto às abordagens que a qualificam como um resíduo do regime escravista, o autor aponta discriminação racial como resultante das desigualdades entre



brancos e não-brancos nas diversas áreas – economia, educação, trabalho – e em diferentes momentos históricos, sendo o componente racial um mecanismo fundamental no processo de exploração da população negra. Hasenbalg (2006, p. 263) destaca que “a disparidade de renda entre brancos e não-brancos é talvez o aspecto mais gritante das desigualdades. Mas, insisto, pretos e pardos estão expostos a desvantagens em todas as etapas do ciclo de vida”.

Como consequência principal da confluência dessas duas perspectivas colocadas por Hasenbalg, Matilde Ribeiro (2000) chama a atenção para uma espécie de “efeito mágico” que oculta o racismo e relaciona as desigualdades étnico-raciais quase que exclusivamente às questões de classe:

Torna-se automático que as desigualdades raciais e étnicas não sejam percebidas como relacionadas a considerações raciais e étnicas, mas aos fatores de classe. Esta situação, torna complexo o estudo das implicações teóricas, políticas e ideológicas no tratamento da questão racial e étnica (RIBEIRO, 2000, p. 4).

Nesse sentido, Ribeiro (2013) defende que o racismo pressupõe a existência de um sistema social e político dotado de mecanismos sustentados na lógica do branqueamento, se estruturando e modificando ao longo do tempo, mas mantendo a sua centralidade. O binômio dominação-exploração aparece como um fenômeno arraigado na sociedade e a mídia o reflete cotidianamente.

Em perspectiva semelhante, Sodré (1998) argumenta que a mídia atua como catalisadora de expressões políticas e institucionais sobre as relações raciais, em geral estruturadas por uma tradição intelectual e elitista que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor da pele. Sublinha o autor que:

O racismo ostentado pelas elites tradicionais desde séculos atrás pode ser reproduzido logotecnicamente, de modo mais sutil e eficaz, pelo discurso midiático-popularesco, sem distância crítica do tecido da civilização tecnoeconômica, onde se acha incrustada a discriminação em todos os seus níveis (SODRÉ, 1998, p. 1-2).

Essa expressão do racismo e das desigualdades raciais pelos meios de comunicação, segundo Sodré (1998), se dá a partir de quatro aspectos complementares: a) a negação – quando os meios de comunicação tendem a negar a existência do racismo; b) o recalçamento – quando, em seus diferentes modos de produção, os meios de comunicação recalçam aspectos identitários positivos das manifestações simbólicas de origem negra e indígena, por exemplo; c) a estigmatização – referência à distinção entre a identidade social virtual (aquela que se atribui ao outro) e a identidade social real (conferida por traços efetivamente existentes), sendo o estigma a marca da desqualificação da diferença; e d) a indiferença profissional – com

5. O Capítulo Brasil da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC-Brasil) foi fundado em março de 2004 como uma seção nacional da organização internacional *Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura* (ULEPICC-Federação), criada em Sevilha, na Espanha, no ano de 2002, com o intuito de agregar pesquisadores do mundo latino. A entidade brasileira visa estimular o debate da Economia Política da Comunicação, da Informação e da Cultura, e promover, dentre outros possíveis espaços acadêmicos, encontros bienais, desenvolvidos em parceria com instituições de ensino superior, realizadoras dos eventos. Sobre a entidade ver: <https://ulepicc.org.br/>

6. No congresso de 2018, a entidade mantinha sete GTs: Políticas de comunicação pública; Comunicação pública, popular ou alternativa; Indústrias midiáticas; Políticas culturais e economia política da cultura; Teorias e temas emergentes; Epistemologia da Informação, da comunicação e da cultura; e Estudos Críticos em Ciência da Informação.

7. A lei de cotas estabeleceu a introdução gradual de cotas nas instituições de ensino superior federais até que se chegasse à reserva de 50% das vagas para alunos que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas, determina também subcotas para pretos, pardos,

os meios de comunicação contemporâneos pautando-se pelos ditames do comércio e da publicidade, pouco interessados em questões como a discriminação de minorias.

### **O debate sobre raça na ULEPICC-Brasil**

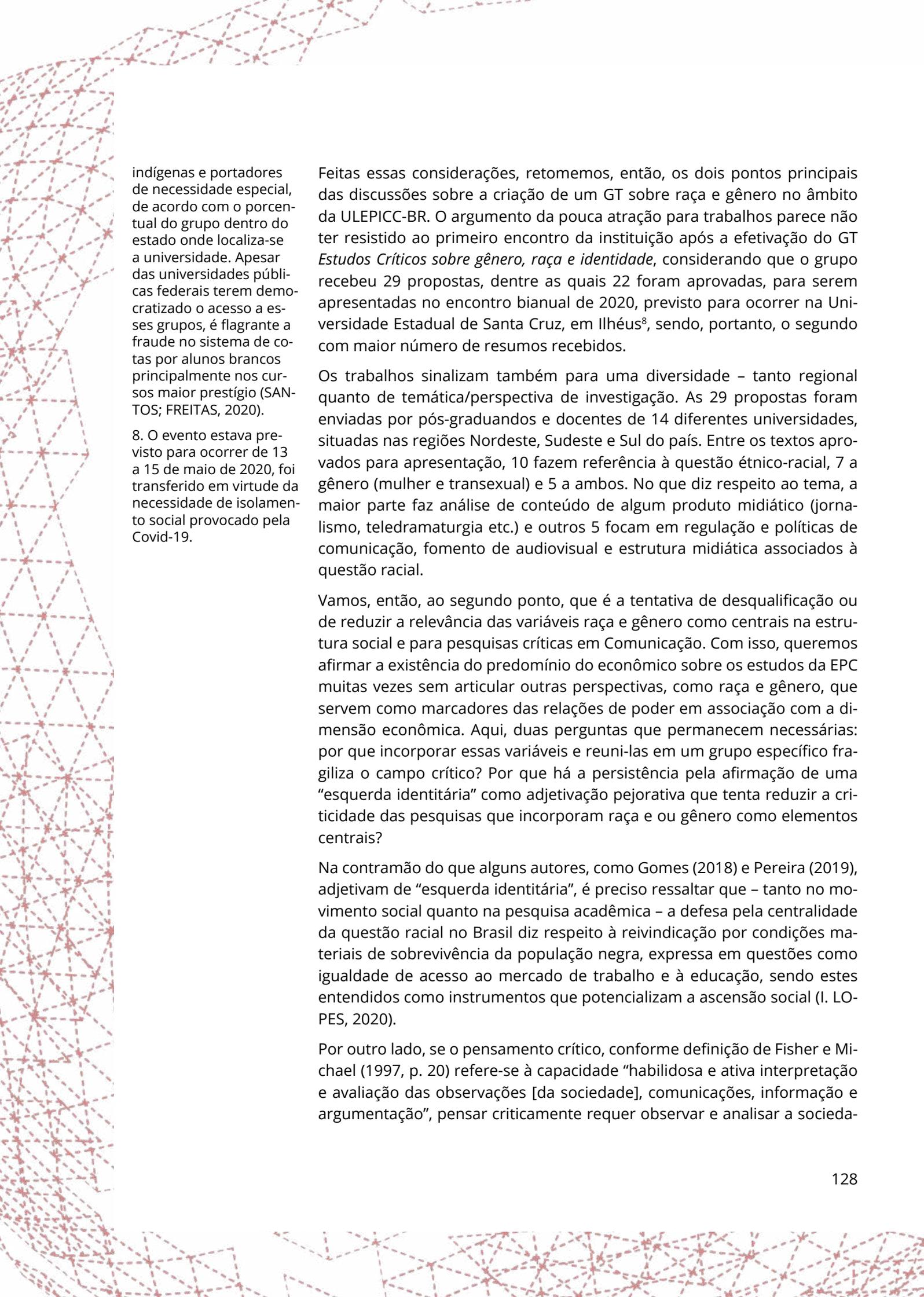
A discussão que resultou na criação do GT *Estudos Críticos sobre gênero, raça e identidade* teve início na assembleia do Capítulo Brasil da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC-Brasil)<sup>5</sup> realizada em novembro de 2018, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Na ocasião, um dos autores desse trabalho propôs a incorporação da paridade de gênero na formação da comissão que iria discutir a reestruturação de todos os grupos de trabalho da entidade, encaminhamento que foi aprovado, mas não sem resistência.

Com a discussão de reestruturação iniciada, inaugurou-se o debate sobre a possibilidade de constituição de um GT sobre raça e gênero<sup>6</sup>, com os argumentos contrários – tanto no encontro da ULEPICC-Brasil quanto em troca de e-mails – apresentando questionamentos a respeito da capacidade de um grupo específico sobre essas questões atrair trabalhos, considerando que naquele momento eram poucos os pesquisadores negros ou com investigações na área, além da estratégia discursiva de fragmentação do campo e esvaziamento do pensamento crítico.

De forma breve, vamos tentar contrapor os dois pontos principais contrários à proposta: 1) a possibilidade de se ter um grupo esvaziado, com poucos trabalhos; 2) a desqualificação de gênero e raça para pesquisas críticas em Comunicação.

Antes, porém, é relevante pontuar que as sociedades e associações científicas devem observar que as universidades públicas, principalmente a partir da presente década, estão com uma presença estudantil mais próxima da composição racial brasileira, a partir da Lei 12.711/2012, conhecida como lei de cotas<sup>7</sup>. A presença de negros e negras no corpo docente, por outro lado, é bastante pequena. Do total de professores e professoras em universidades públicas e privadas do país, somente cerca de 30% são negros e negras. Na pós-graduação, as mulheres negras, por exemplo, são apenas 3% das docentes, conforme o Censo da Educação Superior (INEP, 2016).

Diante desse cenário, novas agendas e perspectivas de pesquisa começam a ser construídas e das associações é demandada a inclusão e a ampliação dessas temáticas em suas discussões, publicações e congressos. Além disso, como lembra Witter (2007, p. 6), as sociedades científicas possuem o papel de “[...] estímulo à produção científica para o qual usualmente recorre à promoção de eventos, concursos, constituição de grupos de pesquisa, organização de redes sociais entre seus sócios e colaboração com os sistemas de informação da área”.



indígenas e portadores de necessidade especial, de acordo com o percentual do grupo dentro do estado onde localiza-se a universidade. Apesar das universidades públicas federais terem democratizado o acesso a esses grupos, é flagrante a fraude no sistema de cotas por alunos brancos principalmente nos cursos maior prestígio (SANTOS; FREITAS, 2020).

8. O evento estava previsto para ocorrer de 13 a 15 de maio de 2020, foi transferido em virtude da necessidade de isolamento social provocado pela Covid-19.

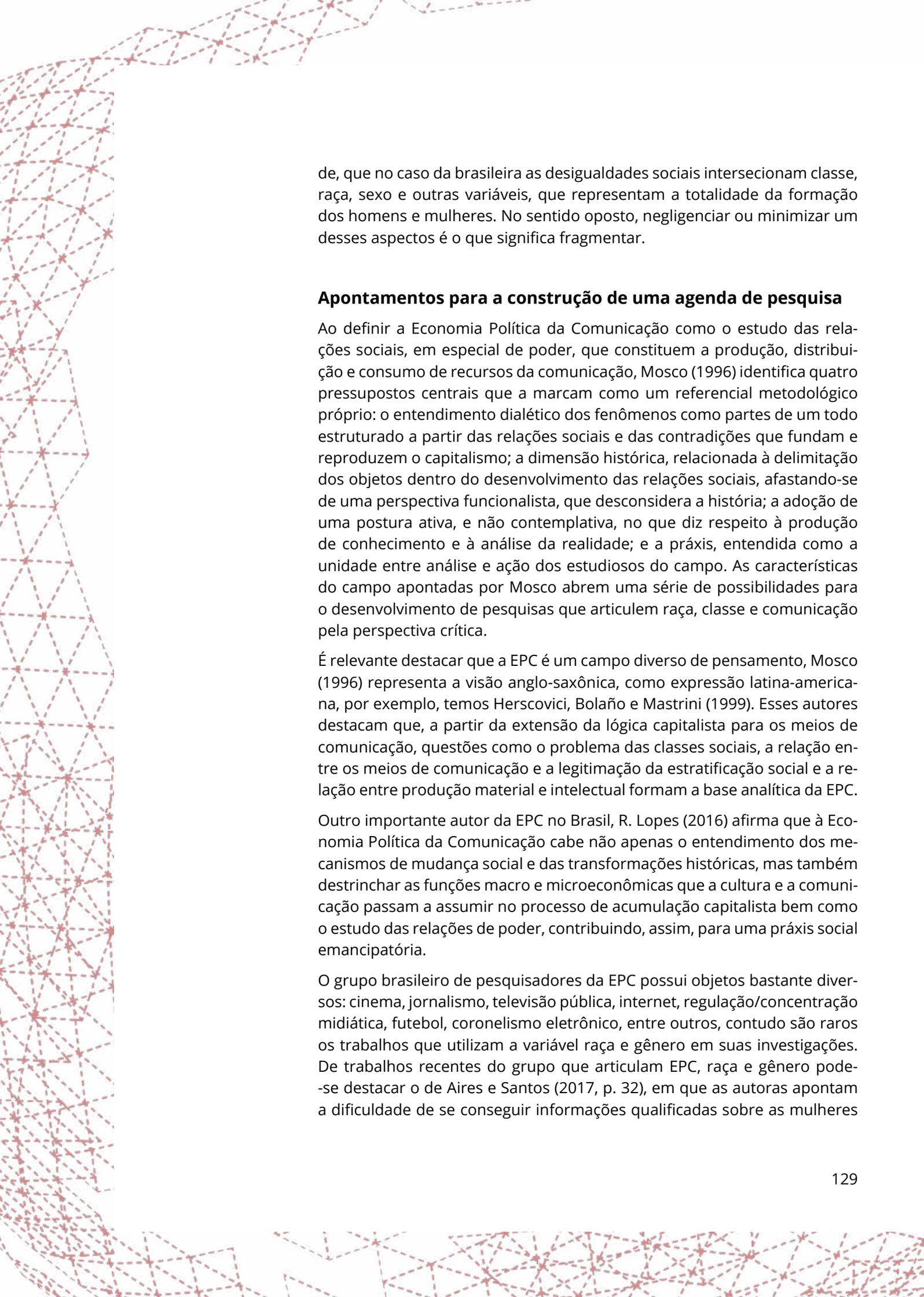
Feitas essas considerações, retomemos, então, os dois pontos principais das discussões sobre a criação de um GT sobre raça e gênero no âmbito da ULEPICC-BR. O argumento da pouca atração para trabalhos parece não ter resistido ao primeiro encontro da instituição após a efetivação do GT *Estudos Críticos sobre gênero, raça e identidade*, considerando que o grupo recebeu 29 propostas, dentre as quais 22 foram aprovadas, para serem apresentadas no encontro bianual de 2020, previsto para ocorrer na Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus<sup>8</sup>, sendo, portanto, o segundo com maior número de resumos recebidos.

Os trabalhos sinalizam também para uma diversidade – tanto regional quanto de temática/perspectiva de investigação. As 29 propostas foram enviadas por pós-graduandos e docentes de 14 diferentes universidades, situadas nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país. Entre os textos aprovados para apresentação, 10 fazem referência à questão étnico-racial, 7 a gênero (mulher e transexual) e 5 a ambos. No que diz respeito ao tema, a maior parte faz análise de conteúdo de algum produto midiático (jornalismo, teledramaturgia etc.) e outros 5 focam em regulação e políticas de comunicação, fomento de audiovisual e estrutura midiática associados à questão racial.

Vamos, então, ao segundo ponto, que é a tentativa de desqualificação ou de reduzir a relevância das variáveis raça e gênero como centrais na estrutura social e para pesquisas críticas em Comunicação. Com isso, queremos afirmar a existência do predomínio do econômico sobre os estudos da EPC muitas vezes sem articular outras perspectivas, como raça e gênero, que servem como marcadores das relações de poder em associação com a dimensão econômica. Aqui, duas perguntas que permanecem necessárias: por que incorporar essas variáveis e reuni-las em um grupo específico fragiliza o campo crítico? Por que há a persistência pela afirmação de uma “esquerda identitária” como adjetivação pejorativa que tenta reduzir a criticidade das pesquisas que incorporam raça e ou gênero como elementos centrais?

Na contramão do que alguns autores, como Gomes (2018) e Pereira (2019), adjetivam de “esquerda identitária”, é preciso ressaltar que – tanto no movimento social quanto na pesquisa acadêmica – a defesa pela centralidade da questão racial no Brasil diz respeito à reivindicação por condições materiais de sobrevivência da população negra, expressa em questões como igualdade de acesso ao mercado de trabalho e à educação, sendo estes entendidos como instrumentos que potencializam a ascensão social (L. LOPES, 2020).

Por outro lado, se o pensamento crítico, conforme definição de Fisher e Michael (1997, p. 20) refere-se à capacidade “habilidosa e ativa interpretação e avaliação das observações [da sociedade], comunicações, informação e argumentação”, pensar criticamente requer observar e analisar a socieda-



de, que no caso da brasileira as desigualdades sociais interseccionam classe, raça, sexo e outras variáveis, que representam a totalidade da formação dos homens e mulheres. No sentido oposto, negligenciar ou minimizar um desses aspectos é o que significa fragmentar.

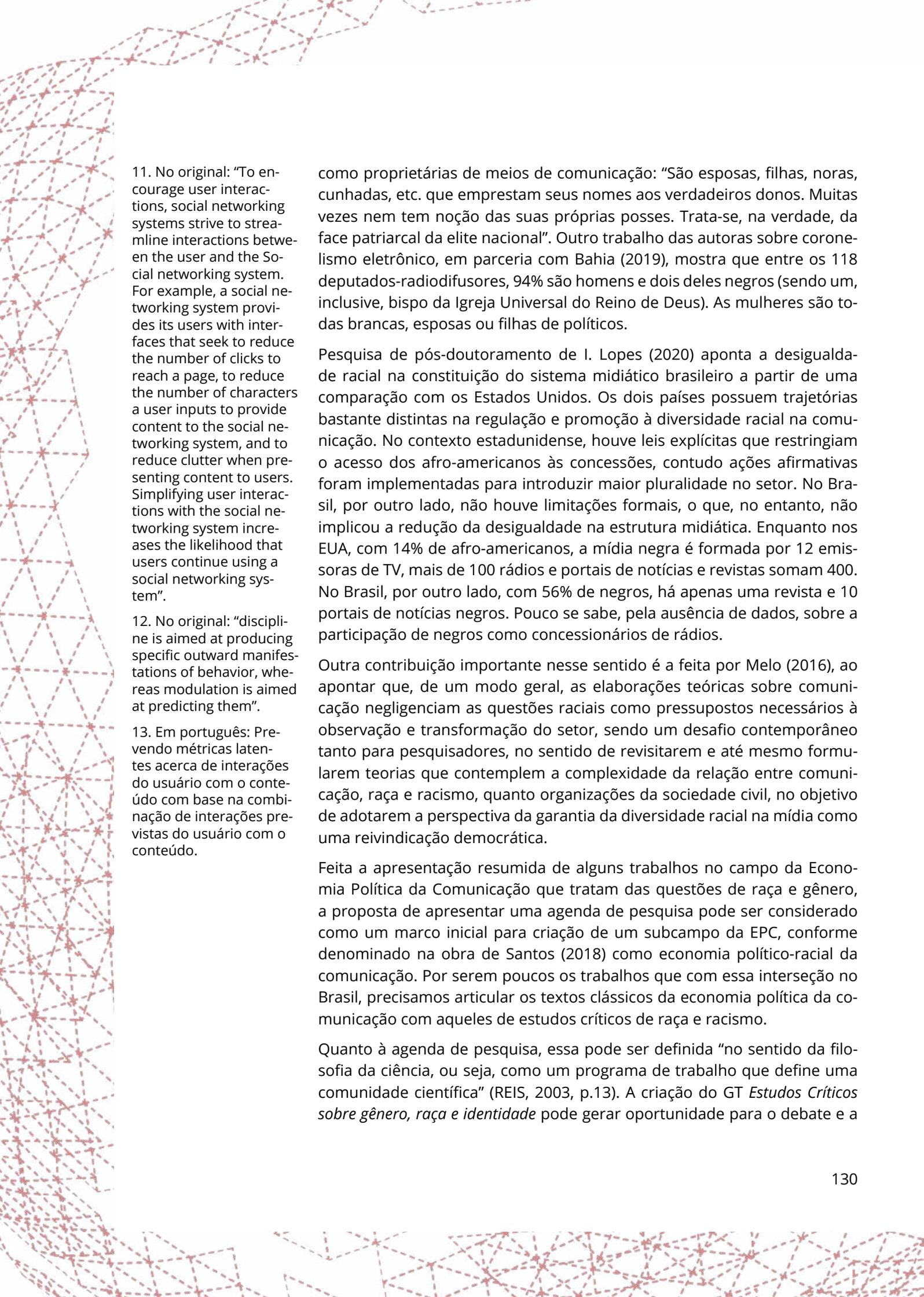
### **Apontamentos para a construção de uma agenda de pesquisa**

Ao definir a Economia Política da Comunicação como o estudo das relações sociais, em especial de poder, que constituem a produção, distribuição e consumo de recursos da comunicação, Mosco (1996) identifica quatro pressupostos centrais que a marcam como um referencial metodológico próprio: o entendimento dialético dos fenômenos como partes de um todo estruturado a partir das relações sociais e das contradições que fundam e reproduzem o capitalismo; a dimensão histórica, relacionada à delimitação dos objetos dentro do desenvolvimento das relações sociais, afastando-se de uma perspectiva funcionalista, que desconsidera a história; a adoção de uma postura ativa, e não contemplativa, no que diz respeito à produção de conhecimento e à análise da realidade; e a práxis, entendida como a unidade entre análise e ação dos estudiosos do campo. As características do campo apontadas por Mosco abrem uma série de possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas que articulem raça, classe e comunicação pela perspectiva crítica.

É relevante destacar que a EPC é um campo diverso de pensamento, Mosco (1996) representa a visão anglo-saxônica, como expressão latina-americana, por exemplo, temos Herscovici, Bolaño e Mastrini (1999). Esses autores destacam que, a partir da extensão da lógica capitalista para os meios de comunicação, questões como o problema das classes sociais, a relação entre os meios de comunicação e a legitimação da estratificação social e a relação entre produção material e intelectual formam a base analítica da EPC.

Outro importante autor da EPC no Brasil, R. Lopes (2016) afirma que à Economia Política da Comunicação cabe não apenas o entendimento dos mecanismos de mudança social e das transformações históricas, mas também destrinchar as funções macro e microeconômicas que a cultura e a comunicação passam a assumir no processo de acumulação capitalista bem como o estudo das relações de poder, contribuindo, assim, para uma práxis social emancipatória.

O grupo brasileiro de pesquisadores da EPC possui objetos bastante diversos: cinema, jornalismo, televisão pública, internet, regulação/concentração midiática, futebol, coronelismo eletrônico, entre outros, contudo são raros os trabalhos que utilizam a variável raça e gênero em suas investigações. De trabalhos recentes do grupo que articulam EPC, raça e gênero pode-se destacar o de Aires e Santos (2017, p. 32), em que as autoras apontam a dificuldade de se conseguir informações qualificadas sobre as mulheres



11. No original: "To encourage user interactions, social networking systems strive to streamline interactions between the user and the Social networking system. For example, a social networking system provides its users with interfaces that seek to reduce the number of clicks to reach a page, to reduce the number of characters a user inputs to provide content to the social networking system, and to reduce clutter when presenting content to users. Simplifying user interactions with the social networking system increases the likelihood that users continue using a social networking system".

12. No original: "discipline is aimed at producing specific outward manifestations of behavior, whereas modulation is aimed at predicting them".

13. Em português: Prevendo métricas latentes acerca de interações do usuário com o conteúdo com base na combinação de interações previstas do usuário com o conteúdo.

como proprietárias de meios de comunicação: "São esposas, filhas, noras, cunhadas, etc. que emprestam seus nomes aos verdadeiros donos. Muitas vezes nem tem noção das suas próprias posses. Trata-se, na verdade, da face patriarcal da elite nacional". Outro trabalho das autoras sobre coronelismo eletrônico, em parceria com Bahia (2019), mostra que entre os 118 deputados-radiodifusores, 94% são homens e dois deles negros (sendo um, inclusive, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus). As mulheres são todas brancas, esposas ou filhas de políticos.

Pesquisa de pós-doutoramento de I. Lopes (2020) aponta a desigualdade racial na constituição do sistema midiático brasileiro a partir de uma comparação com os Estados Unidos. Os dois países possuem trajetórias bastante distintas na regulação e promoção à diversidade racial na comunicação. No contexto estadunidense, houve leis explícitas que restringiam o acesso dos afro-americanos às concessões, contudo ações afirmativas foram implementadas para introduzir maior pluralidade no setor. No Brasil, por outro lado, não houve limitações formais, o que, no entanto, não implicou a redução da desigualdade na estrutura midiática. Enquanto nos EUA, com 14% de afro-americanos, a mídia negra é formada por 12 emissoras de TV, mais de 100 rádios e portais de notícias e revistas somam 400. No Brasil, por outro lado, com 56% de negros, há apenas uma revista e 10 portais de notícias negros. Pouco se sabe, pela ausência de dados, sobre a participação de negros como concessionários de rádios.

Outra contribuição importante nesse sentido é a feita por Melo (2016), ao apontar que, de um modo geral, as elaborações teóricas sobre comunicação negligenciam as questões raciais como pressupostos necessários à observação e transformação do setor, sendo um desafio contemporâneo tanto para pesquisadores, no sentido de revisitarem e até mesmo formularem teorias que contemplem a complexidade da relação entre comunicação, raça e racismo, quanto organizações da sociedade civil, no objetivo de adotarem a perspectiva da garantia da diversidade racial na mídia como uma reivindicação democrática.

Feita a apresentação resumida de alguns trabalhos no campo da Economia Política da Comunicação que tratam das questões de raça e gênero, a proposta de apresentar uma agenda de pesquisa pode ser considerado como um marco inicial para criação de um subcampo da EPC, conforme denominado na obra de Santos (2018) como economia político-racial da comunicação. Por serem poucos os trabalhos que com essa interseção no Brasil, precisamos articular os textos clássicos da economia política da comunicação com aqueles de estudos críticos de raça e racismo.

Quanto à agenda de pesquisa, essa pode ser definida "no sentido da filosofia da ciência, ou seja, como um programa de trabalho que define uma comunidade científica" (REIS, 2003, p.13). A criação do GT *Estudos Críticos sobre gênero, raça e identidade* pode gerar oportunidade para o debate e a

9. Conforme mencionado, o GT envolve também o debate sobre gênero e identidade, contudo o recorte deste texto é sobre raça e racismo.

consolidação desse subcampo, criando redes que não fiquem restritas ao encontro bianual. A agenda também pressupõe a incorporação de parâmetros teóricos similares, ou seja, de discussão de referenciais que podem orientar a produção sobre EPC, raça e racismo<sup>9</sup>.

Um dos desafios para se realizar pesquisas com recorte de raça é a falta de dados primários produzidos pelo Estado brasileiro e até mesmo por associações formadas por concessionários de mídia, como a Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) ou mesmo pelos empregadores de jornalistas e outros profissionais da comunicação.

Nos Estados Unidos, diferente do Brasil, o relatório da *Federal Communications Commission* (FCC), agência de regulação do setor, disponibiliza informações sobre raça, etnia e gênero – o que permite aprofundar as discussões naquela sociedade. A inexistência do quesito raça é uma das formas de negar a existência do racismo, assim como dificultar que sejam reivindicadas políticas, como destaca documento da Fenaj (2006):

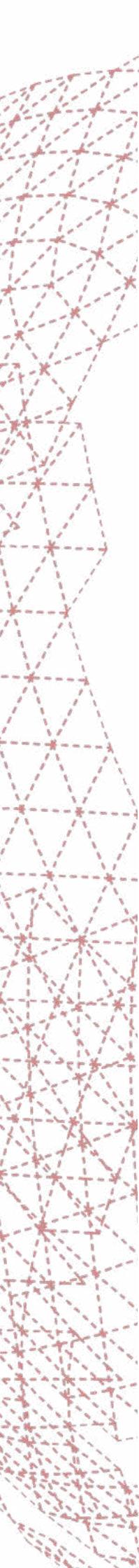
A implementação de políticas de promoção da igualdade racial exige, no plano operacional, o enfrentamento de um problema básico: a (des)informação sobre cor tanto dos empregados ou funcionários de uma empresa ou órgão público, quanto dos usuários de serviços, públicos e privados.

Feitas as ponderações sobre a ausência de dados primários relacionados à questão racial nas comunicações, apresentamos uma sugestão de agenda de pesquisa inicial, a partir de três eixos prioritários com indicações de bibliografia-base para cada eixo: 1) trabalho; 2) políticas de comunicação/estrutura do sistema midiático; 3) algoritmos/vigilância.

#### a) Trabalho

Um primeiro eixo possível de pesquisa sobre as questões de raça e racismo nas comunicações é o que diz respeito ao mundo do trabalho. Pesquisa recente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostrou que os pretos e pardos não recebem menos porque possuem menor educação formal, visto que as disparidades de renda “mantêm-se presentes em todos os níveis de instrução, inclusive no mais elevado: as pessoas brancas ganham cerca de 45% a mais do que as de cor ou raça preta ou parda” (IBGE, 2019, p. 4). O mercado de trabalho da comunicação tem o acesso mediado pelas relações interpessoais e pelo capital social, os negros além de não atenderem ao padrão estético eurocêntrico, que os exclui, ainda possuem menor capital social (SILVA, 2015).

Na comunicação, a formação de uma bancada exclusivamente negra pela Globo News, no início de junho deste ano, suscitou uma série de discussões públicas sobre racismo. Vale ressaltar, além do aspecto da representação “na tela”, conforme escreveu Melo (2020), é imprescindível verificar a diver-



sidade racial nos espaços de destaque e direção das emissoras. Do total de apresentadoras e apresentadores de telejornais das emissoras, quantas/os são negras/os? Quantos/as negros e negras ocupam as chefias de redação dos veículos? Quantos/as negros e negras são diretores e diretoras de jornalismo? Qual a participação de negros e negras na estrutura corporativa das empresas de mídia? Essas são algumas das perguntas que podem servir como disparadoras de investigações de pesquisa.

Como referências iniciais desse eixo, destacamos aqui os trabalhos de Araújo (2000; 2010), Fernandes (1978), Hasenbalg (1979), Santos (1997), Leong (2013), Mick, Lima e Bergamo (2012), P. Silva (1987), S. Silva (2015), Sanders (2015) e Mills (1997).

#### b) Políticas de comunicação e estrutura do sistema midiático

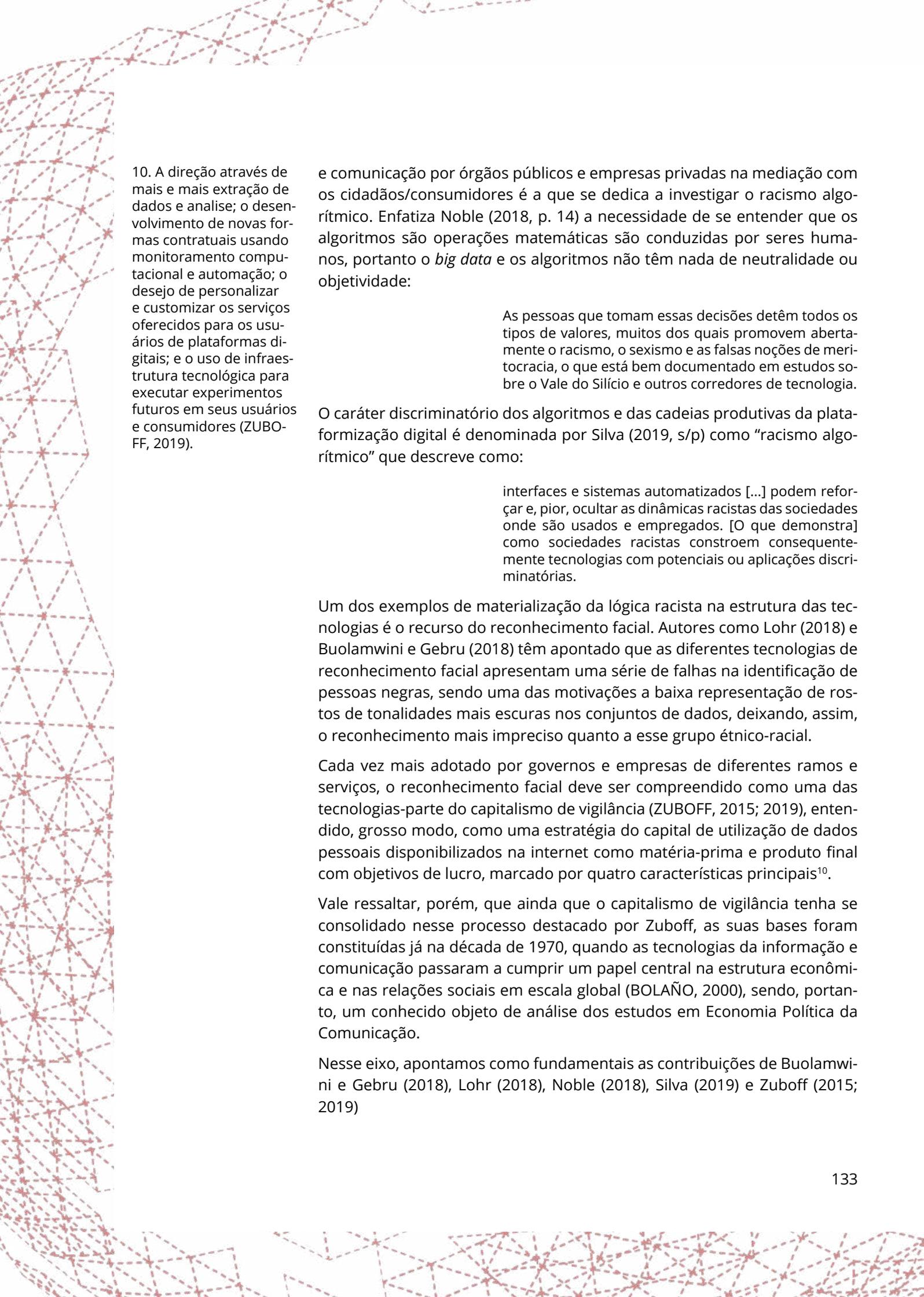
O Brasil possui uma longa tradição de pesquisa em políticas de comunicação, especialmente as que se dedicam a analisar legislações do setor em diferentes países. Porém, como pontuado por Melo (2018), o conjunto dessas investigações não aborda como essas leis podem contribuir para a reversão das desigualdades raciais nos sistemas de comunicação, sendo, portanto, uma perspectiva com amplas possibilidades de estudo, a partir de questões como: representação, no que diz respeito à visibilidade da diversidade étnico-racial nos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação; propriedade, tanto de modo a garantir que a concessão de emissoras de comunicação tenha como princípio e objetivo o respeito à diversidade de etnia/raça, quanto com previsão de reserva de frequência para os diferentes grupos étnico-raciais; e controle social, possibilitando que a diversidade étnico-racial esteja contemplada nos mecanismos e órgãos de fiscalização e monitoramento do setor de comunicação.

Como frisou Caribé (2010, s/p), o acesso e o desenvolvimento da propriedade da radiodifusão precisa ser encarado como crucial à participação da população negra na sociedade de informação, “não só na redistribuição das concessões, mas também ao prover condições para o desenvolvimento dessa propriedade, seja por fontes alternativas ou diretamente pela publicidade estatal”.

Indicamos aqui, como materiais que podem contribuir nas pesquisas desse eixo, os trabalhos de Aires e Santos (2017), Caribé (2010), González e Torres (2011), Harrys (1991), Hernández (2017), I. Lopes (2020), Melo (2018), Mills (1997), Santos (2018), Van Dijk (1991) e Silva, Santos e Rocha (2010).

#### c) Racismo algorítmico e vigilância

Outra perspectiva de estudos sobre comunicação e questão racial que tem se ampliado a partir da expansão da adoção de tecnologias da informação



10. A direção através de mais e mais extração de dados e análise; o desenvolvimento de novas formas contratuais usando monitoramento computacional e automação; o desejo de personalizar e customizar os serviços oferecidos para os usuários de plataformas digitais; e o uso de infraestrutura tecnológica para executar experimentos futuros em seus usuários e consumidores (ZUBOFF, 2019).

e comunicação por órgãos públicos e empresas privadas na mediação com os cidadãos/consumidores é a que se dedica a investigar o racismo algorítmico. Enfatiza Noble (2018, p. 14) a necessidade de se entender que os algoritmos são operações matemáticas são conduzidas por seres humanos, portanto o *big data* e os algoritmos não têm nada de neutralidade ou objetividade:

As pessoas que tomam essas decisões detêm todos os tipos de valores, muitos dos quais promovem abertamente o racismo, o sexismo e as falsas noções de meritocracia, o que está bem documentado em estudos sobre o Vale do Silício e outros corredores de tecnologia.

O caráter discriminatório dos algoritmos e das cadeias produtivas da plataforma digital é denominada por Silva (2019, s/p) como “racismo algorítmico” que descreve como:

interfaces e sistemas automatizados [...] podem reforçar e, pior, ocultar as dinâmicas racistas das sociedades onde são usados e empregados. [O que demonstra] como sociedades racistas constroem consequentemente tecnologias com potenciais ou aplicações discriminatórias.

Um dos exemplos de materialização da lógica racista na estrutura das tecnologias é o recurso do reconhecimento facial. Autores como Lohr (2018) e Buolamwini e Gebru (2018) têm apontado que as diferentes tecnologias de reconhecimento facial apresentam uma série de falhas na identificação de pessoas negras, sendo uma das motivações a baixa representação de rostos de tonalidades mais escuras nos conjuntos de dados, deixando, assim, o reconhecimento mais impreciso quanto a esse grupo étnico-racial.

Cada vez mais adotado por governos e empresas de diferentes ramos e serviços, o reconhecimento facial deve ser compreendido como uma das tecnologias-parte do capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2015; 2019), entendido, grosso modo, como uma estratégia do capital de utilização de dados pessoais disponibilizados na internet como matéria-prima e produto final com objetivos de lucro, marcado por quatro características principais<sup>10</sup>.

Vale ressaltar, porém, que ainda que o capitalismo de vigilância tenha se consolidado nesse processo destacado por Zuboff, as suas bases foram constituídas já na década de 1970, quando as tecnologias da informação e comunicação passaram a cumprir um papel central na estrutura econômica e nas relações sociais em escala global (BOLAÑO, 2000), sendo, portanto, um conhecido objeto de análise dos estudos em Economia Política da Comunicação.

Nesse eixo, apontamos como fundamentais as contribuições de Buolamwini e Gebru (2018), Lohr (2018), Noble (2018), Silva (2019) e Zuboff (2015; 2019)

## Considerações finais

Este trabalho fez alusão à incorporação oficial de pesquisas sobre raça, racismo e gênero no âmbito da ULEPICC-Brasil com a criação do Grupo Temático *Estudos Críticos sobre gênero, raça e identidade*, GT que terá sua atividade inicial no Congresso de 2020 da entidade. Buscamos refletir sobre o caminho percorrido para a aprovação do grupo, desconstruir os argumentos contrários sustentados à época que faziam referência à fragmentação do pensamento crítico pela incorporação dos temas raça e gênero e, por outro lado, ao receio de se ter um GT esvaziado, com poucos trabalhos submetidos.

Fizemos também um esforço teórico-epistemológico de lançar uma moldura inicial de uma agenda de pesquisa sobre raça e racismo, em especial, que precisa ser complementado para agregar gênero e interseccionar raça e gênero. Os três eixos temáticos aqui propostos, 1) trabalho, 2) políticas de comunicação/estrutura do sistema midiático, 3) algoritmos/vigilância, são bastante abrangentes e poderão acolher diversos objetos de pesquisa.

Concluimos afirmando que a lacuna de produção que articule raça e racismo nos estudos em Economia Política da Comunicação, aqui apontada, pode favorecer a relevância e a originalidade dos trabalhos que poderão surgir na EPC a partir da atuação da ULEPICC-Brasil. Por outro lado, há grandes desafios postos, principalmente em relação aos raros dados primários sobre raça/gênero e comunicação (trabalho, estrutura midiática, por exemplo) e no que diz respeito à construção de um marco teórico que precisará articular obras da EPC com outras de estudos críticos sobre raça e racismo.

## Referências

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. Editora SENAC São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. **O negro na TV pública**. Brasília: FCP, 2010.

AIRES, Janaine; SANTOS, Suzy dos. **Sempre foi pela família: mídias e políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

BOLAÑO, Cesar. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit. **Gender shades: Intersectional Accuracy Disparities in commercial gender classification**. Conference on Fairness, Accountability, and Transparency. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/35oNVtW>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

FENAJ. **Teses e moções do 31º Congresso Nacional de Jornalistas**. João Pessoa (PB), de 4 a 8 de agosto de 2004.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FISHER, Alec, MICHAEL, Scriven. **Critical Thinking. Its Definition and Assessment.** Edgepress: CA, USA/Centre For Research in Critical Thinking: Norwich, UK, 1997.

GOMES, Wilson. **A esquerda identitária e a satanização da maioria.** Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/esquerda-identitaria-e-satanizacao-da-maioria/>>. Acesso em: 20 mai.2019.

GONZÁLEZ, Juan; TORRES, Joseph. **News for All the People: The Epic Story of Race and the American Media.** New York: Verso, 2011.

HARRYS, Cheryl I. Whiteness as property. **Harvard Law Review**, p. 1707-1993, 1991.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. Notas sobre relações raciais no Brasil e na América Latina. In: HOLANDA, H. B. (Org.). **Y nosotras latinoamericanas? estudos sobre gênero e raça.** São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1992.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Antonio Sergio Alfredo Guimarães. In: **Tempo Social** - revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 2. p. 259-268, 2006.

HERSCOVICI, Alain; BOLAÑO, César; MASTRINI, Guillermo. Economía política de la comunicación y la cultura: una presentación. In: BOLAÑO, C.; MASTRINI, G. (eds.). **Globalización y Monopolios en la Comunicación en América Latina.** Buenos Aires: Biblos, 1999. p. 9-25.

HERNÁNDEZ, Tanya K. **Subordinação racial no Brasil e na América Latina: o papel do Estado, o direito costumeiro e a nova resposta dos direitos civis.** Salvador: EdUFBA, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

LEONG, Nancy. Racial Capitalism. **Harvard Law Review**. v. 26, p. 2151-2226, jun. 2013.

LOHR, Steve. Facial recognition is accurate, if you're a white guy. **The New York Times**, Nova Iorque, 09 fev. 2018. Disponível em: <<https://nyti.ms/2rZTH7L>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

LOPES, Ruy Sardinha. Economia Política da Comunicação e da Cultura: aportes para a formação de um campo disciplinar. **PragMATIZES** – Revista Latinoamericana de Estudos em Cultura, ano 6, n. 10, p. 9-19, out.2015-mar.2016.

LOPES, Ivonete da Silva. **Mídia e diversidade: da estrutura ao conteúdo a rejeição da realidade racial brasileira.** 2020. [no prelo]

MELO, Paulo Victor. Comunicação Pública e diversidade étnico-racial: reflexões e propostas. In: MORAES Filho, Ivan; DOMINGUES DA SILVA, Juliano

(Org.). **Sobre a mídia que queremos: comunicação pública, direitos humanos e democracia**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2016.

\_\_\_\_\_. Comunicação e diversidade étnico-racial: um olhar para as leis de mídia na América Latina. In: BARROS, Chalini Gonçalves de Barros; CARRERA, Fernanda Ariane Silva. **Mídia e diversidade: caminhos para reflexão e resistência**. João Pessoa: Xeróca, 2018. p. 44-67.

\_\_\_\_\_. **Sobre Globo e Racismo**: o buraco é mais embaixo. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/sobre-globo-e-racismo-o-buraco-e-mais-embaixo/>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel; BERGAMO, Alexandre. **Perfil do jornalista brasileiro** – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Disponível em: <<https://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

MILLS, Charles W. **The Racial Contract**. New York: Cornell University Press: 1997.

MOSCO, Vincent. **The Political Economy of Communications: Rethinking and Renewal**. Londres: Sage Publications, 1996.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression**: how search engines reinforce racism. Nova Iorque: New York University Press, 2018.

\_\_\_\_\_; ROBERTS, Sarah T. Elites tecnológicas, meritocracia e mitos pós raciais no Vale do Silício. **Revista Fronteiras** - estudos midiáticos, v. 22, n. 1, p. 36-46, jan.-abr. 2020.

PAN, Daniel et al. **The impact of ethnicity on clinical outcomes in COVID-19: A systematic review**. In The Lancet. Eclinical Medicine. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.eclinm.2020.100404>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

PEREIRA, José Pacheco. **A esquerda “identitária” diz adeus a Marx**. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/01/26/politica/opiniao/esquerda-identitaria-adeus-marx-1859494>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

REIS, Elisa. Reflexões leídas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **RBCS**, v. 18, n. 51, p. 11-14, fev. 2003.

RIBEIRO, Matilde. **Diversidade racial, étnica e processos de participação política na América Latina**. 2010. Disponível em: <[www.aids.gov.br/sites/default/files/campanhas/2005/38277/diversidade.pdf](http://www.aids.gov.br/sites/default/files/campanhas/2005/38277/diversidade.pdf)>. Acesso em: 08 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil**: percursos e estratégias - 1986 a 2010. 282 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

SANDERS, Joshunda. **How racism and sexism killed traditional media: why the future of journalism depends on women and people of color.** Santa Barbara: Pranger, 2015.

SANTOS, Sales Augusto. **Educação: um pensamento negro contemporâneo.** Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

\_\_\_\_\_. **A formação do mercado de trabalho livre em São Paulo: Tensões raciais e marginalização social.** 144 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 1997.

SANTOS, Sales Augusto dos; FREITAS, Matheus Silva. Fraudes en el sistema de cuotas brasileño: una mirada hacia la remarginalización de las mujeres negras. **Revista Argentina de Sociología**, v. 15, n. 25, p. 142-169, jul.-dez. 2019.

SANTOS, Tiago V. **Desigualdade racial midiática.** O direito à comunicação exercido e o direito à imagem violado. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

SILVA, Petronilha. **História de operários negros.** São Paulo: EST Edições e Nova Dimensão, 1987.

SILVA, Paulo Vinícius; SANTOS, Wellington; ROCHA, Neli. Racismo discursivo, legislação e proposições para a televisão pública brasileira. In: ARAÚJO, J. Z. (Org.). **O Negro na TV Pública.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2010.

SILVA, Sandra Martins. Por uma visibilidade étnica: imprensa, jornalistas e identidades raciais – uma abordagem sobre a campanha nacional de auto-declaração étnico-racial. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES NEGROS DO SUDESTES, 1, Nova Iguaçu, 2015. **Anais do I Congresso de Pesquisadores Negros do Sudeste: Os NEABs no cenário educacional contemporâneo: relações e intersecções identitárias.** Nova Iguaçu: CPNS, 2015.

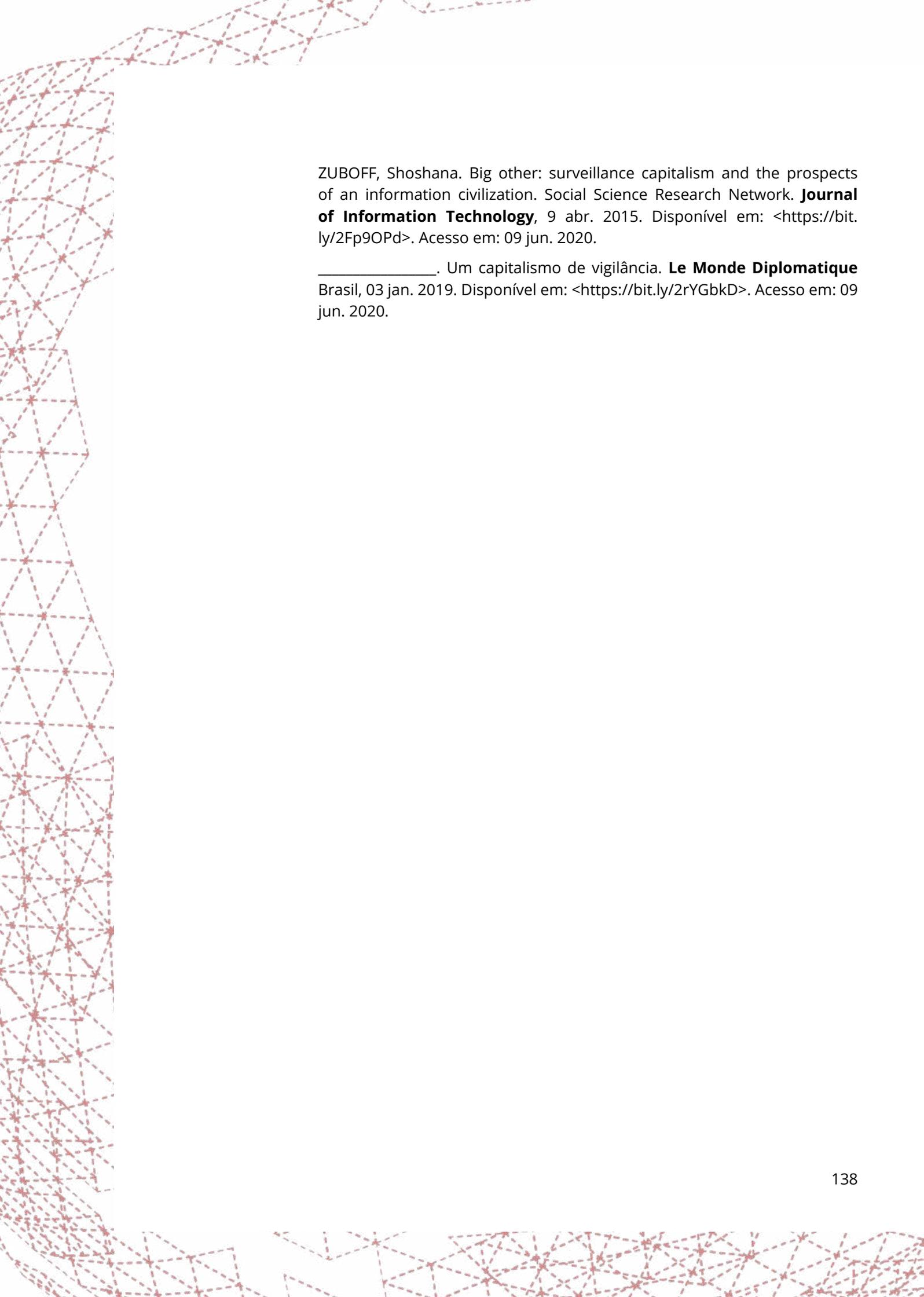
SILVA, Tarcízio Roberto da. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. In: SEMINÁRIO INTERCIONAL LAVITS, 6, Salvador, 2019. **Anais do VI Seminário Internacional LAVITS.** Salvador: LAVITS, 2019.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

\_\_\_\_\_. Sobre imprensa negra. **Revista Lumina**, v. 1, n. 1, p.23-32. 1998.

VAND DIJK, Teun. **Racism in the press - Great Britain.** Londres, Nova Iorque: Routledge, 1991.

WITTER, Geraldina Porto. Importância das importâncias das sociedades/associações científicas: desenvolvimento da ciência e formação do profissional-pesquisador. **Boletim de Psicologia**, v. LVII, n. 126, p. 1-14, 2007.



ZUBOFF, Shoshana. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. Social Science Research Network. **Journal of Information Technology**, 9 abr. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2Fp9OPd>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Um capitalismo de vigilância. **Le Monde Diplomatique** Brasil, 03 jan. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2rYGbkD>>. Acesso em: 09 jun. 2020.